

## O Ministro Gustavo Capanema e a Ação Cultural do Ministério da Educação e Saúde na Era Vargas

Raquel dos Santos Quadros  
Dyeinne Cristina Tomé  
Maria Cristina Gomes Machado

**Resumo:** Este artigo apresenta um pontual resgate das ações ministeriais de Gustavo Capanema, político e intelectual que para além da delimitação do Ministério da Educação e Saúde na Era Vargas, o qual esteve à frente no período de 1934 a 1935. Estendeu seu interesse artístico e modernista sobre a política cultural do país, buscando ampliar a associação entre desenvolvimento do país e políticas públicas voltadas à promoção da cultura nacional, justificando tal instrumental como possibilidade de formação do cidadão brasileiro. O período de atuação de Capanema corresponde ao final da década de 1930 e início da década de 1940 e caracteriza-se pelo florescimento do nacionalismo na América Latina. Em todo o continente desenvolvem-se esforços no intuito de estabelecer políticas públicas nos setores da educação, saúde, cultura, artes e arquitetura, patrimônio e administração. No Brasil, o governo Vargas, por meio da ação fundamental de Gustavo Capanema, elege os campos da cultura e da educação como estratégicos para a produção dos elementos de brasilidade que garantiriam a independência e o desenvolvimento nacional. O momento histórico de atuação desse político foi marcado pelo cunho nacionalista e centralizador do Estado Novo, o que favoreceu a ação direta de Capanema no campo cultural, considerando sua boa circulação entre os intelectuais e artistas da época e, sobretudo, dada a forte influência e apoio político de Getúlio Vargas a suas ações frente ao ministério. A cultura ganha impulso e se desenvolve graças ao interesse de Capanema pelas artes e pelo movimento modernista que aspirava por ares inovadores e buscava espaço frente a um tradicionalismo vinculado ao período republicano, como aspecto central associado as demais instâncias políticas do país. O artigo tem embasamento teórico, mediante levantamento bibliográfico em obras de autores como Williams (2000), Bomeny (2001) e Oliveira (2001), entre outros, que discutem a atuação de Gustavo Capanema como uma figura fundamental para a configuração de todo um aparato institucional que impulsionou a cultura nacional. Por meio da criação de órgãos, museus e de leis que deram espaço e incentivo para a promoção da cultura como traço nacional, destaca-se a atuação de Capanema que buscou dar espaço e visibilidade à cultura como expressão do Brasil sendo espaço de desenvolvimento e progresso vinculado ao regime varguista. Como reflexão, pode-se associar a ação de Capanema frente ao Ministério da Educação e da Saúde como expansionista e, ao mesmo tempo, centralizador. O interesse do ministro pela cultura sobrepôs à nomenclatura de seu ministério, no qual o desenvolvimento das questões vinculadas à educação e a saúde estavam, para ele, associadas à cultura de um povo, de forma a conceber um sujeito nacional conhecedor de seu país e das virtudes associados ao seu governo. Por outro lado, Capanema reflete a centralização do regime instituído pelo Estado Novo, promovendo ações mediante o uso de palavra forte frente ao ministério, levando em conta seu estilo e sua marca enquanto apreciador e crítico da cultura, garantindo grande afluxo de recursos para intelectuais e artistas vinculados a proposta política do regime em vigor e, sobretudo, ao gosto pelo moderno e pelo estilo estritamente vinculado ao espírito nacionalista. **Palavras-chave:** Educação; História da Educação; Gustavo Capanema; Cultura.

## 1 Introdução

O objetivo deste trabalho é propor uma análise da ação histórica de Gustavo Capanema como Ministro da Educação e Saúde na Era Vargas, pontuando a extensão sobre a qual se desenvolveram suas ações vinculadas à cultura nacional. Categoricalmente, Capanema ultrapassa as fronteiras vinculadas à pasta sob sua responsabilidade naquele período, estabelecendo uma política cultural que, em certa medida, compreende-se como essencialmente vinculada ao seu interesse em considerar a promoção do desenvolvimento da educação e das questões políticas nacionais como indissociáveis do aspecto cultural. Desenvolver a cultura pressupunha promover valores e o espaço brasileiro como ambiente de desenvolvimento e, mediante o movimento modernista, promover a criação de um ambiente cultural que refletisse a nação e suas belezas próprias.

O papel central de Capanema junto ao governo de Getúlio Vargas justifica tal proposta de ação cultural como reforço ao interesse em coordenar ações políticas que se utilizassem de mecanismos e da organização do Estado como reforço ao respeito e a promoção do nacionalismo apregoado pelo regime naquele momento histórico, marcado pela centralização que culmina com a instituição do Estado Novo. Neste sentido, a ação do ministério Capanema fez ressoar um chamado a intelectuais e artistas no período de seu ministério a desenvolver seus trabalhos de forma intensa, merecendo forte incremento de políticas governamentais voltadas ao desenvolvimento da cultura nacional e de valores vinculados ao regime estabelecido.

O interesse de Capanema pela promoção da cultura fez com que, inclusive, ele solicitasse a Getúlio Vargas que modificasse a denominação do Ministério da Educação e Saúde para Ministério da Cultura Nacional, caracterizando o ministério como instrumental voltado à conformação social das políticas do regime (WILLIAMS, 2000). Apesar do não alcance de seu objetivo, no entanto, observa-se nos extensos arquivos de Capanema sua intensiva aplicação e envolvimento com intelectuais no período de seu ministério, desenvolvendo toda uma rede de suporte e promoção à cultura nacional.

O presente trabalho apresenta, seguindo esta introdução, uma caracterização do Ministério da Educação e Saúde no qual Gustavo Capanema desenvolveu sua ação política de grande profusão sobre a cultura brasileira. Em seguida, destacam-se as ações políticas do ministério de Capanema enquanto interesses e reformas na cultura nacionais, fortemente vinculadas ao ideário de desenvolvimento do Estado baseado na disseminação da cultura, promovendo investimentos e contou com o apoio de vários dentre os principais intelectuais a ele vinculados em busca de modernização e transformação da sociedade brasileira, enquanto aspectos vinculados a política do Estado Novo. O último tópico apresenta as considerações finais sobre esta reflexão sobre a ação de Gustavo Capanema frente às questões culturais associadas à política nacional na Era Vargas.

## 2 O ministério da Educação e Saúde na Era Vargas

A política brasileira em meados da década de 1930 viu-se diante de fortes debates e enfrentamentos, dada a instabilidade da política bilateral, denominada política café-com-leite, na qual o governo da República se alternava nas mãos das elites de Minas Gerais e São Paulo (FAUSTO, 2010). Neste cenário surgiu a figura de Getúlio Vargas (1882-1954), político gaúcho que ganhou espaço mediante a disputa política deflagrada entre as forças mineiras e paulistas. Frente à intensiva luta pelo poder, que ocasionou forte instabilidade e conflitos na política brasileira, finalmente em novembro de 1930 Vargas assumiu um Governo Provisório como chefe do governo. A partir de 1934 Getúlio Vargas se tornou presidente da República eleito de forma indireta por meio da Assembléia Nacional Constituinte, dando prosseguimento a sua posição frente ao governo provisório, iniciava-se o chamado Governo Constitucional, que se estenderia até 1937, quando foi instaurado o chamado Estado Novo, período ditatorial exercido por Getúlio Vargas entre os anos de 1937 a 1945. “O novo regime se propôs modernizar o país, não mais no sentido do ajustamento ao padrão europeu ou norte-americano, mas preocupado com a integração nacional” (FAORO, 2004, p. 706).

Dentre as propostas apresentadas por Vargas durante a campanha em 1930 estava à reestruturação dos ministérios do governo, movimento a partir do qual foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. Após delegar a pasta, inicialmente, a Washington Pires, surgiu no cenário político do governo de Getúlio Vargas um novo ministro com a missão de reestruturar este ministério após o conturbado período do Governo Provisório. Assim Gustavo Capanema Filho (1900-1985), nascido em Pitangui, Minas Gerais, assumiu a função em 1934, permanecendo onze anos a frente do Ministério da Educação e Saúde (MES), marcado por um cenário de grandes desafios, provocados pela nova Carta Magna:

A constituição de 1934 [...] dá ao novo ministro ampla margem de ação. Segundo ela, pelo seu artigo 150, caberia à União fixar o Plano Nacional de Educação para todos os graus e ramos de ensino, comuns e especializados; a coordenação e fiscalização da execução do plano em todo e território do país; e a organização do ensino secundário e superior nos territórios e no distrito federal. (SCHWARTZMAN, 1984, p.49).

Capanema via na educação um meio para modernização da sociedade, para o desenvolvimento do país, assim, por meio da educação seria obtida a formação do homem por completo no aspecto moral e intelectual, com este propósito a educação nacional tinha como objetivo:

[...] “formar o homem completo, útil à vida social, pelo preparo e aperfeiçoamento de suas faculdades morais e intelectuais e atividades física”, sendo tarefa precípua da família e dos poderes públicos. A transmissão de conhecimentos seria sua tarefa imediata, mas sem de longe a mais importante. Fazia ainda parte dos princípios gerais à definição do que se devia entender por “espírito brasileiro” (“orientação baseada nas tradições cristãs e histórias da pátria”) e “consciência da solidariedade humana” (“prática da justiça e da fraternidade entre pessoas e classes sociais, bem como nas relações internacional”), termos que a Constituição utilizava para caracterizar os objetivos gerais da educação nacional (SCHWARTZMAN, 1984, p. 182-183).

Com esse intuito o ministro estabeleceu algumas reformas educacionais. Um dos seus atos foi à implantação de um modelo de educação que propunha a criação de duas redes de escolarização. A rede primária profissional, na qual se incluíam o ensino primário, o ensino técnico e a formação de professores para o ensino básico e a rede secundária superior, que deveria preparar nas palavras do próprio Capanema “as individualidades condutoras”, as elites. “A escola secundária iria mais longe: ela deveria formar uma verdadeira ‘consciência patriótica’ própria de homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso

infundir nas massas que é preciso tornar habituais entre o povo (SCHWARTZMAN, 1984, p.194)”. Para a formação desse homem que se modulasse a uma nova sociedade uma disciplina seria imprescindível em todos os níveis escolares, portanto

a educação moral e cívica era objeto de regulamentação minuciosa. Ela deveria ser ministrada obrigatoriamente em todos os ramos do ensino, sendo que no curso secundário seria uma atribuição para o professor de história do Brasil. Ela deveria ter uma parte teórica, que trataria dos fins, da vontade, dos atos do homem, das leis naturais e civis, das regras supremas e próximas da moralidade, das paixões e das virtudes; e uma parte prática, que incluiria desde o estudo da vida de “grandes homens de virtudes heróica” até o trabalho de assistência social, que ensinasse aos alunos “a prática efetiva do bem” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 182-183).

Assim, várias foram as mudanças na prática educativa que, por um lado, permitiram a ampliação da concepção de educação escolar: foi superada a problemática da questão da escrita e da oralidade como o único sistema possível para a produção da aprendizagem; por intermédio desse fator foram ampliados os ambientes de aprendizagem, com a disseminação de bibliotecas e laboratórios. Foram fundadas emissoras de rádio educativas, teatros, cinemas, salões de festa, quadras de esporte, refeitórios, praças e estádios esportivos. Por outro lado, o não acesso dos alunos que frequentavam a educação profissional para o ensino universitário tornou-se algo excludente, isto é, o indivíduo estaria com seu lugar na sociedade pré-determinado.

No que se refere à saúde, Capanema reformou o antigo Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), adequando sua estrutura aos princípios básicos da política social do Estado Novo. Foi a partir dessa reforma que o ministério passou a se chamar efetivamente Ministério da Educação e Saúde (MES). Capanema encontra grandes desafios na área da saúde:

Um quadro sanitário que, mesmo com os avanços do poder público e do conhecimento biomédico, continuava sendo dramático. A febre amarela seguia ameaçando a capital, a malária grassava pelo interior do país, e a tuberculose era tida como o mais grave problema sanitário das cidades (HOCHMAN, 2000, p.127).

As medidas implantadas tinham objetivo de organizar uma estrutura para a saúde pública do Brasil visando ampliar a presença do governo em todas as regiões. Uma medida adotada foi à criação dos “Serviços Nacionais”, que verticalizavam as campanhas de combate a doenças específicas e às grandes endemias.

As ações desenvolvidas por Capanema são sintomáticas e sua visão é ampla e estratégica. Nas proposições que se seguem, o ministro apresentou sua posição a respeito da saúde no Brasil:

[...] sem descuidar dos serviços da capital da República, antes até, melhorando-os a ponto de torná-los modelares, a ação do ministério será cada vez mais nacional, fundamentalmente nacional, atendendo assim a um dos objetivos primordiais da reforma [...] À saúde pública não interessa o caso individual, seja um caso de doença, seja qualquer outra situação especial relativa à saúde ou ao corpo. O caso individual só interessa à saúde pública se puder afetar a coletividade, se for capaz de pôr a coletividade em perigo. Fora disso, dele não se ocupara a saúde pública (HOCHMAN, 2001, p. 141).

Nesse sentido, o MES revelou uma preocupação em controlar as ações no âmbito das regiões buscando intensificar a presença de órgãos federais de saúde nos estados, centralizando todo o processo de gestão.

### 3 Interesses e reformas na cultura nacional no Estado Novo

Hoje se torna impossível falar em educação e cultura sem mencionar o nome de Gustavo Capanema, e da “constelação de intelectuais” (BOMENY, 2000) que o cercou no período em que esteve à frente do Ministério da Educação e Saúde (1934 a 1945). Esta conjuntura marcada pela centralização do poder é parte da “Era Vargas”, momento de estabelecimento do arranjo político que sustentaria a “democracia” brasileira até 1964. Caracterizado pelo esforço de construção de alianças, o período é marcado pelo autoritarismo, manifesto, por exemplo, na ação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), chefiado por Lourival Fontes. Criado em 1939, objetivava

[...] coordenar, orientar e centralizar a propaganda interna e externa; fazer a censura a teatro, cinema, funções esportivas e recreativas; organizar manifestações cívicas, festas patrióticas, exposições, concertos e conferências; e dirigir e organizar o programa de radiodifusão oficial do governo. A imprensa que desde a constituição de 1937 estava subordinada ao Estado, é vista em sua função pública, entendida como capaz de permitir a comunicação direta entre o governo e o conjunto de sociedade. (OLIVEIRA, 2001, p.49).

O Estado Novo constitui-se em um momento, especialmente, promissor para a ação intelectual. A busca pela modernização do país em uma conjuntura na qual se impunha a necessidade de administrar as máximas “tradição” e “inovação” levou o Estado a recorrer ao universo da cultura. Por meio de uma abordagem específica dos elementos a disposição, o Estado conseguiu, mediante ações da intelectualidade com ele comprometida, apresentou uma nova imagem do país sem, no entanto, desprezar o tradicional.

O período correspondente ao final da década de 1930 caracteriza-se pelo florescimento do nacionalismo na América Latina. Em todo o continente desenvolveram-se esforços no intuito de estabelecer políticas públicas nos setores da educação, saúde, cultura, artes e arquitetura, patrimônio e administração. No Brasil, o governo Vargas elegeu os campos da cultura e da educação como estratégicos para a produção dos elementos de brasilidade que garantiriam a independência e o desenvolvimento nacionais.

Nos onze anos de ministério, Gustavo Capanema foi assessorado pelo poeta Carlos Drummond de Andrade, seu chefe de gabinete. Além dele uma equipe diversificada, integrada por Mário de Andrade, Cândido Portinari, Manuel Bandeira, Heitor Villa-Lobos, Cecília Meireles, Lúcio Costa, Vinicius de Moraes, Afonso Arinos de Melo Franco e Rodrigo Melo Franco de Andrade compuseram o quadro intelectual diretamente engajado no projeto “nacional-modernizador” varguista. Capanema seguiu rigorosamente a premissa pela busca do desenvolvimento da modernização por meio da cultura, buscava estar em contato com todas as ações do governo em construção. Porém, Capanema não estava sozinho, contava com apoio político de Getúlio Vargas, que lhe conferia grande prestígio frente ao ministério e a promoção de sua política e, também, por meio dos intelectuais de maior renome do período histórico como, por exemplo, os nomes supracitados, pois

[...] a cultura era um “negócio oficial” do Estado, e não só do ministro. Além disso, ele necessitava de quem executasse projetos, donde o seu esforço para manter as relações estreitas com a intelectualidade modernista e a comunidade artística e literária, além de representantes de associações civis, críticos, pensadores católicos e membros do corpo diplomático do país e do estrangeiro. O ministro frequentemente consultava esses personagens, quando desejava formular uma nova diretriz de política cultural federal. Havia assim uma rede de relações que interligava os projetos de política cultural e alcançava o organograma do Estado (WILLIAMS, 2000, P. 257).

De acordo com a ideologia do governo Vargas, que tinha como pressuposto que somente a cultura, a educação e a saúde poderiam levar um país ao seu pleno

desenvolvimento, bem como a constante busca do nacionalismo do povo brasileiro, algumas estratégias foram executadas pela administração da difusão da cultura como aponta Williams

No dia 1º de julho de 1938, por exemplo, Vargas promulgou o Decreto-lei nº 256, instituindo o Conselho Nacional de Cultura, encarregado da “coordenação de todas as atividades concernentes ao desenvolvimento cultural, realizadas pelo Ministério da Educação e Saúde ou sob o seu controle ou influência”. Foi nesse decreto-lei que Capanema formalmente definiu desenvolvimento cultural como: a) a produção filosófica, científica e literária; b) o cultivo das artes; c) patrimônio cultural; d) o intercâmbio intelectual; e) a difusão cultural na mídia de massa; f) as causas patrióticas e humanitárias; g) a educação cívica; h) a recreação. (WILLIAMS, 2000, p. 256).

A influência do pensamento de Capanema é evidente e significativo. No teatro houve a introdução de inovações cênicas. Uma atitude concreta foi o envio ao Parlamento de um projeto de lei que reconhecia a existência da profissão de artista teatral, a chamada “Lei Getúlio Vargas” promulgada pelo decreto nº 5.492 de 16 de julho de 1928. Outro gesto importante foi à criação do Serviço Nacional de Teatro, por meio do decreto presidencial nº 92 de 21 de dezembro de 1937. Este definia:

Art. 1º O teatro é considerado como uma das expressões da cultura nacional, e a sua finalidade é essencialmente a elevação e a edificação espiritual do povo.

Art. 2º Para os efeitos do artigo anterior fica criado, no Ministério da Educação e Saúde, o Serviço Nacional de Teatro, destinado a animar o desenvolvimento e o aprimoramento do teatro brasileiro.

Art. 3º compete ao Serviço Nacional de teatro:

- a) promover ou estimular a construção de teatros em todo o país;
- b) organizar ou amparar companhias de teatros declamatórios, líricos, musicados e coreográficos;
- c) orientar e auxiliar, nos estabelecimentos de ensino, nas fábricas e outros centros de trabalho, nos clubes e outras associações, ou ainda isoladamente, a organização de grupos de amadores de todos os gêneros;
- d) incentivar o teatro para crianças e adolescentes, nas escolas e fora delas;
- e) promover a seleção dos espíritos dotados de real vocação para o teatro, facilitando-lhes a educação profissional no país ou no estrangeiro;
- f) estimular, no país, por todos os meios, a produção de obras de teatro de todos os gêneros;
- g) fazer o inventário da produção brasileira e portuguesa em matéria de teatro, publicando as melhores obras existentes;
- h) providenciar a tradução e a publicação das grandes obras de teatro escritas em idioma estrangeiro;

Art. 4º O Serviço Nacional de Teatro será superintendido por um diretor, nomeado em comissão, com vencimentos equivalentes ao padrão M.

Art. 5º O pessoal técnico e administrativo do Serviço Nacional de Teatro, salvo o diretor, será admitido na forma do Decreto nº 871, de 1º de julho de 1936.

Art. 6º A organização do Serviço Nacional de Teatro constará de regulamento, a ser baixado pelo Poder Executivo.

Art. 7º Fica extinta a Comissão de Teatro Nacional, criada pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 1938.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.”(PIRES apud PEREIRA, 1941, p. 155-6).

Como ministro, Capanema via na criação do órgão uma estratégia para estimular a produção e difusão de valores culturais. A propagação do teatro fazia parte do “[...] projeto de construção de uma cultura nacional que norteou a política cultural do Estado Novo [...]

(PEREIRA, 2000, p.67). O teatro apresenta a função da elevação da cultura do povo, função esta que norteia as ações de Capanema frente ao Ministério da Educação e Saúde.

Como um dos homens fortes de Getúlio, Gustavo Capanema contou com total apoio governamental para criar e desenvolver uma política efetiva de fomento a construção de monumentos e de preservação do patrimônio histórico nacional. Entendendo que o patrimônio histórico e artístico constitui-se 'documentos' de uma arquitetura da nação, e que estas determinam o formato da lembrança que um povo desenvolve de si, criou mediante o Decreto-lei n 25 de 30-11-1937, o "Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional". O novo órgão foi encarregado da gerência do patrimônio histórico e artístico.

Como muitos políticos, Gustavo Capanema soube perceber as possibilidades de uma política voltada para a constituição de monumentos que, por sua visibilidade e significado, se prestassem a funcionar como símbolos de um projeto para a nação. Como poucos políticos, Gustavo Capanema soube selecionar, no estoque de possibilidades disponíveis no seu tempo, propostas qualificadas e identificadas com um sentido de mudança, o que resultou numa atuação integrada na promoção das artes do passado e do presente. (LONDRES, 2001, p.100).

Os monumentos edificados por Capanema obedeceram ao desejo pessoal de instituir o novo como marca do "Estado Novo". Em seu ministério coordenou os trabalhos de construção da sede do MES. Conforme apresenta Cecilia Londres (2000), o ministro organizou um concurso para a escolha do projeto para a construção do prédio que abrigaria o Ministério da Educação e Saúde o qual foi vencido por um projeto de estilo "neomarajoara" de autoria do arquiteto Arquimedes Memória. Contrariado, Capanema pediu a opinião de Piacentini, autor do projeto da cidade universitária de Roma. Manuseando os projetos que concorreram, teria ficado impressionado com os de "estilo moderno" que haviam sido desclassificados. Desconsiderando o resultado foram convidados os autores de projetos "desclassificados" como Lúcio Costa, para que apresentassem novos projetos. O convite foi estendido a outros arquitetos, entre os quais estavam Carlos Leão, Jorge Moreira e Affonso Eduardo Reidy, Oscar Niemeyer e Ernani Vasconcellos.

Capanema participou diretamente da comissão criada para acompanhar a construção do prédio do MES. Além de opinar, determinou pessoalmente vários detalhes da obra, como a escolha dos artistas e as obras que iriam decorá-la, a elevação do prédio a 14 andares em vez de 10 como estavam no projeto. Segundo Cecília Londres (2000) o prédio do MES já estava destinado, portanto, a ser um monumento antes mesmo de ser projetado.

As intervenções de Capanema na decoração do Ministério da Educação e Saúde revelam o gosto pela exaltação de uma arte essencialmente nacional e bela. Na pintura, ele certamente podia apreciar o cubismo e o abstracionismo, mas mostrou clara preferência pelo estilo figurativo, considerado o mais capaz de capturar a beleza nacional. Não por acaso, imagens de agricultores dominam os afrescos do salão de audiência do prédio do ministério; trabalhadores com fisionomia forte e saudável segundo a estética política nacionalista da época. (WILLIAMS, 2000, p. 267).

O jornal O Radical, de 2 de março 1941, sugerindo que o projeto teria sido resultado de um capricho pessoal do ministro, afirmava: "[...] foi o gosto artístico do Sr. Capanema, que foi lá várias vezes e modificou tudo" (LONDRES, 2000, p.92). Muitos intelectuais saíram em sua defesa, revelando a mobilização característica do Estado Novo.

Capanema foi mais do que um mero executor dos projetos de Getúlio Vargas. Sem dúvida, impôs muitas de suas idéias pessoais

[...] uma das características mais marcantes do político Gustavo Capanema foi não apenas ter perfeita consciência da importância da relação entre política e cultura, como também ter conseguido, em grande medida, servir a cultura enquanto exercia

sua função política. Sem dúvida, a memória nacional construída no Estado Novo com a presença dos “modernistas na repartição” implicou esquecimentos (por exemplo, de certas idéias muito fecundas de Mário de Andrade) e certas posturas centralizadoras e canônicas, responsáveis, entre outros efeitos, por uma imagem do Brasil via patrimônio e artístico que exclusivamente branca, senhorial e católica. Mas o legado desses tempos, em termos de um rigor no trato do bem cultural e da constituição de um acervo monumental fantástico para a nação, já é suficiente para garantir a Capanema um lugar privilegiado na história da cultura do Brasil. (LONDRES, 2001, p.100).

Capanema foi uma ponte importante entre cultura e política e entre cultura e poder no Brasil. Chefiando o ministério da educação, esteve à frente de um setor ímpar em se tratando da incorporação e/ou exclusão de ideias, na definição e orientação das mentalidades e valores, interferindo diretamente no mundo real da concepção de educação e promoção dos valores nacionais e da moral defendida pelo regime do Estado Novo.

Como membro do governo federal Gustavo Capanema defendia a tese de que a reconstrução nacional se daria sob o signo da modernidade, fundamentalmente vinculado a promoção da educação e da cultura. Por meio destes preceitos os valores nacionais seriam disseminados, considerando que por deles seria possível garantir que as futuras gerações de brasileiros crescessem sob o signo do amor pátria e do trabalho. Pela educação, ideologicamente administrada, promovia-se a aceitação da autoridade dos líderes que respondiam pelo Estado (NUNES, 2001).

A ação de Capanema no MES corresponde ao projeto de redefinição do “ethos” nacional a partir de valores ditos “patrióticos”, determinados pelo Estado, correspondendo a uma fase de imposição da elite política sobre a nação. A elevação da cultura nacional como característica fundamental para o desenvolvimento do país representa umas dos mais importantes legados da ação de Gustavo Capanema em sua vida política, representando fortemente uma posição forte na direção da afirmação de valores nacionais e da formação de um ideário ligado ao poder do estado, que mereceria ser respeitado e valorizado como condição fundamental para o desenvolvimento do país e para a melhoria da condição de vida do povo.

#### **4 Considerações Finais**

Como “balanço” da passagem de Gustavo Capanema pelo MES, é possível considerar uma série de elementos positivos, entre eles a valorização de atividades culturais como o teatro bem como a modernização de equipamentos para o seu desenvolvimento, criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional cujo objetivo visava à elevação cultural do povo brasileiro. Com ações fortemente vinculadas ao seu perfil crítico e fundamentado no movimento nacionalismo de sua época, Capanema estendeu sua atuação para além das fronteiras da Educação e da Saúde, visando à cultura como elemento inseparável destas duas dimensões para concepção de um perfil ideal de homem brasileiro, conhecedor de seu país e de suas instituições.

No que se refere à educação, a definição de lócus de caráter segregador e autoritário na reforma da educação brasileira, por meio de ações como a redefinição de metodologias, a tentativa de superação do modelo de organização das escolas vinculado somente na oralidade e da escrita para a inovação da parte física, podem ser consideradas ações positivas na tentativa de expandir o espaço de educação, considerando, evidentemente, o momento histórico e os interesses vinculados a ação do Estado naquele período, fortemente interessado

na elevação do nacionalismo e moral pública. O Ministro teve o grande mérito de patrocinar um olhar abrangente e unificador do processo de educação em todo o país, suprimindo as regionalidades que até então vigoravam, a contento do modelo centralizador de Vargas.

Capanema na área da saúde encontrou um cenário de extrema carência que se configurou ao longo do tempo. Por meio dessa constatação desenvolveu uma constante busca pela organização de campanhas de saúde de forma vertical, as quais tivessem a maior abrangência territorial possível. Seu objetivo frente às questões de saúde pública visava à condução de planos de gestão dos cuidados com a população, bem como a sua supervisão por parte governo federal, assim percebendo que a saúde e o progresso deveriam fazer parte da ideologia centralizadora que foi proposta por Vargas.

Como ministro da Educação e de Saúde, Gustavo Capanema foi, eminentemente, também o “ministro da cultura”. É inegável sua atuação política frente às questões culturais, procurando dar destaque a questões centrais vinculadas as artes e a produção de conhecimento e a um estilo próprio de conceber e apreciar a arte brasileira. Antecipando-se a tardia prospecção de uma área específica para o tratamento da cultura no âmbito do governo Capanema jamais desvinculou, ainda que muitas vezes de forma centralizada e personalista, o profundo interesse em vincular os aspectos culturais às demais questões políticas e sociais as quais esteve envolvido em sua atuação como político e apreciador irrestrito dos valores e da produção artística nacional.

## Referências

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 16. ed. São Paulo: Globo, 2004.

FAUSTO, Boris. *A primeira República*. In: FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2010, p. 244-328.

HOCHMAN, Gilberto. “A saúde pública em tempos de Capanema: continuidades e inovações”. In: BOMENY, Helena Maria Bousquet (org.) *Constelação Capanema: intelectuais políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 127-152.

LONDRES, Cecília. “A invenção do patrimônio e a memória nacional”. In: BOMENY, Helena Maria Bousquet (org.) *Constelação Capanema: intelectuais políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.85-102.

NUNES, Clarice. “As Políticas de Educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas”. In: BOMENY, Helena Maria Bousquet (org.) *Constelação Capanema: intelectuais políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.103-126.

OLIVEIRA, Luci Lippi. “O Intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo”. In: BOMENY, Helena Maria Bousquet (org.) *Constelação Capanema: intelectuais políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.37-58.

PEREIRA, Victor Hugo Adler. “Os Intelectuais, o Mercado e o Estado na Modernização”. In: BOMENY, Helena Maria Bousquet (org.) *Constelação Capanema: intelectuais políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.59-84

WILLIAMS, Daryle. *Gustavo Capanema, ministro da cultura*. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 251-269.